



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015
PROCESSO Nº 17/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
TIPO: Menor Preço

ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO - MG** neste ato designado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 22.541.874/0001-99, com sede na Praça Cel Flavio, 204, centro, CEP 37.405-000, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **MARCO ANTÔNIO MUNIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da RG sob o nº 13.163.176 SSP-MG e inscrito no CPF sob o nº 464.815.756-72, residente e domiciliado na cidade de Monsenhor Paulo-MG, e a empresaxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxx, com sede naxxxxx, representada neste ato pelo Sr(a).xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Representante Legal, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado apenas por **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I. DO OBJETO

1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto registrar o preço para a **FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS LEVES E PESADAS DE DIVERSAS MARCAS DESTINADO A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**, durante a vigência desta ARP, deverá ser praticado pela empresa vencedora e estabelecer demais regras e condições pertinentes ao objeto e forma de contratação, conforme termo de referência, no ANEXO I.
2. A existência do valor registrado não obriga o Município a utilizar o serviço que dele poderá advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie.
3. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão de Registro de Preços ---/2015, do Termo de Referência e da proposta da contratada, prevalecendo os primeiros.

CLÁUSULA II. DOS SERVIÇOS E DO VALOR REGISTRADO

1. A descrição da quantidade estimada e o valor estimado a ser despendido durante o período de vigência desta Ata de Registro de Preços, estão os indicados abaixo:

(Será preenchida com o(s) item(ns) que a(s) empresa(s) sagrar(em)-se vencedora(s))



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

2. As demais normas relativas à descrição dos serviços contratados constam no Edital.

CLÁUSULA III. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA IV. DA ALTERAÇÃO DO VALOR REGISTRADO

1. A contratada poderá solicitar a alteração do valor registrado, nos termos da legislação pertinente.

2. É de responsabilidade da contratada a apresentação ao Município da documentação necessária à comprovação da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, e, portanto, da necessidade do valor registrado.

3. O Município analisará a documentação probatória apresentada pela contratada, de modo a verificar o cabimento da alteração pretendida.

4. Mesmo se confirmado o cabimento da alteração, o Município poderá negociar com a contratada para obtenção de proposta que lhe seja mais vantajosa.

5. Não havendo êxito na negociação, o Município poderá liberar a contratada do compromisso assumido, e, a seu critério, convocar os demais participantes da licitação visando igual oportunidade de negociação.

6. A alteração do valor registrado também será cabível quando se verificar que este se tornou superior ao praticado no mercado.

CLAUSULA V. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

1. A contratada terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar diminuir o valor registrado, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes ou decorrentes de disposição legal e de comprovada repercussão;
- d) Tiver presentes razões de interesse público.

2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurado só contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

3. A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLAÚSULA VI DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Será convocada a fornecedora para apresentar justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação, pelo descumprimento de cláusulas desta Ata e do Termo de Referência inerentes à licitação, sob pena da aplicabilidade das sanções estabelecidas abaixo, garantidas a ampla defesa e o contraditório.

1.1. Será aplicada ADVERTÊNCIA nos casos literalmente indicados nesta Ata, e nos casos de incorreções de menor gravidade, tais como:

a) quando a empresa deixar de encaminhar toda a documentação necessária para o pagamento;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa nesta Ata.

1.2. Será aplicada MULTA:

a) de 0,5% (meio por cento), sobre o valor total empenhado, por dia de atraso na entrega do objeto, superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso até o 20 (vigésimo) dia. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, o percentual passa a ser de 1% (um por cento) por dia de atraso e limitado ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total desta Ata, passível de rescisão;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total empenhado, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total empenhado se a fornecedora negar-se a prestar o serviço, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Município, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta Ata, levar o Município ao cancelamento desta ARP, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

1.2.1. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

1.3. Será aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sempre juro da multa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

1.3.1. Se a Contratada, por atrasos sucessivos e não justificados, levar o Município a rescindir a ARP.

1.3.2. Se a Contratada deixar de cumprir definitivamente obrigação prevista nesta ARP ou Termo de Referência.

1.4. Será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o Município, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

1.4.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o Município pelos prejuízos eventualmente causados.

2. Da aplicação das sanções de multa e suspensão, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do Município Eleitoral.

2.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

CLÁUSULA VII - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O gerenciamento desta Ata de Registro de Preços será feito pelo Departamento de Compras e Licitação através do respectivo departamento competente, que requisitará os materiais; fiscalizará o fornecimento, a entrega e o recebimento definitivo dos materiais; realizará a conferência dos valores, o controle de pagamento, o controle do saldo de empenho e contratual; atestará a nota fiscal; e responsabilizar-se-á pela execução desta ata, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) comunicando à autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

CLÁUSULA VIII. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

1. As normas relativas a condições de fornecimento, fiscalização dos serviços, emissão de nota fiscal/fatura, pagamento, direitos e deveres das partes, bem como outras pertinentes à contratação constam do Edital do Pregão de Registro de Preços ---/2015.

CLÁUSULA IX. DO FORO

1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente na forma da Lei o foro da Comarca de Varginha/MG, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

Monsenhor Paulo - MG,de 2015.

Marco Antônio Muniz de Oliveira
Prefeito Municipal

.....
Fornecedor